

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.480 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2002

MPs trancam pauta do Senado a partir de terça

As 18 medidas provisórias aprovadas pela Câmara dos Deputados esta semana e cujo prazo de vigência está próximo de vencer podem trancar a pauta do Senado a partir de terça-feira. Para votá-las e permitir o rápido retorno ao ritmo normal de trabalhos, o presidente do Senado, Ramez Tebet, pretende convocar sessões extraordinárias, a primeira delas prevista já para a noite de terça.

PÁGINA 3

Conselho de Comunicação Social será instalado logo

O compromisso de rápida instalação do Conselho de Comunicação Social foi reiterado ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. A manifestação foi feita a propósito do primeiro dia de discussão da PEC que permite a participação de capital estrangeiro na mídia.

PÁGINA 4

Autores de PEC esperam que taxa de iluminação seja aprovada

PÁGINA 6



José Cruz

Projeto acolhido pelo Plenário regulamenta o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Descendentes de escravos devem ter propriedade de terras de quilombos

Plenário aprova substitutivo da Câmara a projeto da ex-senadora Benedita da Silva que regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos. Senadores destacam “resgate da dívida social com escravos e seus descendentes”.

PÁGINA 5

Restrição ao silicone passa a tramitar com urgência

PÁGINA 5



Jane de Araújo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem a Comissão do Centenário JK (foto) e atendeu às solicitações feitas para homenagens da Casa ao fundador de Brasília, inclusive uma sessão solene no dia 12 de setembro.

PÁGINA 7



Fotos: José Cruz

Para Francelino, deve prevalecer sempre o preço do produto mostrado em publicidade

Francelino quer aperfeiçoar Código do Consumidor

Para os produtos ou serviços mostrados em publicidade, com a utilização de fotografias, desenhos ou qualquer outra ilustração, prevalecerá o preço indicado no anúncio, não tendo validade quaisquer ressalvas expressas em asteriscos ou sinais gráficos que estabeleçam valores ou especificações diferentes. Esse é o teor de projeto de lei do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda emendas.

Na justificativa da proposta, o parlamentar argumenta que "é preciso tornar mais clara a proibição do uso de propaganda enganosa". Francelino propôs acréscimo de parágrafo ao Código de Defesa do Consumidor para invalidar as especificações e preços que não guardem identidade com a ilustração e publicidade.

Segundo o senador, o descumprimento da proibição imporá ao anunciante a obrigação de vender o produto mostrado no anúncio pelo preço indicado e com as especificações mostradas nas ilustrações.

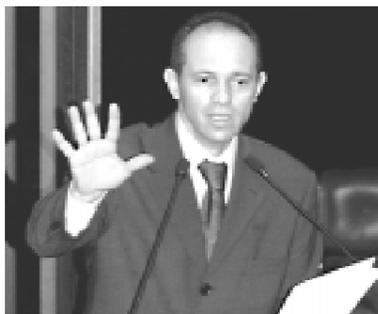
Francelino Pereira explica que o código já veda a propaganda enganosa e por isso estabelece que todo produto anunciado deve indicar claramente as características e o preço final, o que, de acordo com o parlamentar, nem sempre acontece.

País necessita de reforma tributária, afirma Hartung

A medida é necessária, disse, para que o Brasil consiga desonerar sua produção, combater a sonegação e cobrar mais de quem ganha mais

Para inserir-se na agenda da modernidade, o Brasil necessita de uma reforma do sistema tributário que seja capaz de desonerar a produção e de combater a sonegação, que seja ágil e que cobre realmente mais de quem ganha mais, defendeu ontem, da tribuna do Plenário, o senador Paulo Hartung (PSB-ES).

Autor da proposta de reajuste na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), o senador comentou o destaque dado pela imprensa, ontem, à aprovação pela Câmara dos Deputados da medida provisória (MP) que trata do assunto. O texto acolhido aproxima-se do que o senador propôs originalmente, já que os deputados derrubaram a alíquota de 27,5% no Imposto de Renda para 2003, pretendida pelo



Hartung comemorou a aprovação pela Câmara do reajuste da tabela do IRPF

governo para os rendimentos superiores a R\$ 2.115, como também o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de 1% para 3%, proposta que, segundo Hartung, "foi contrabandeada" pelo governo ao elaborar a medida provisória.

Embora o reajuste da tabela do Imposto de Renda tenha ficado em 17,5%, abaixo, portanto, do

percentual de 25% defendido pelo senador, Hartung considerou-se satisfeito com o resultado final produzido pela Câmara e que deverá ser submetido ao Senado na próxima semana, quando a MP que trata do assunto chega à Casa.

Segundo Hartung, "a derrota do governo nas suas pretensões" com relação ao Imposto de Renda e à Contribuição sobre o Lucro Líquido deixa clara uma lição: "o governo precisa aprender a negociar suas decisões com o Congresso Nacional".

A derrota deixa também claro, na avaliação do senador, que o país não pode mais abrir mão de uma reforma tributária que "traga à tona verdadeira justiça fiscal e que seja capaz de desobstruir o caminho a uma firme retomada do crescimento econômico".

Senador cobra clareza na política monetária

O senador Paulo Hartung afirmou ontem que a política monetária do Brasil tem de deixar de ser uma "caixa-preta" para transformar-se em "algo claro e compreensível", já que é capaz de influenciar toda a atividade econômica, como a agricultura, indústria, setor de serviços e nível de emprego. Hartung é autor de projeto de lei que obriga as autoridades monetárias a comparecerem ao Senado para discutir a ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no máximo uma semana após sua realização. O projeto deve ser examinado na próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na última reunião do Copom, lembrou Hartung, o Copom decidiu deter o movimento de queda

das taxas domésticas de juros, mantendo-as em 18,5% ao ano, patamar, declarou, que continua sendo problemático para o controle do endividamento público do país. "Assuntos dessa natureza", frisou, têm de ser discutidos no Senado, responsável pela sabatina e aprovação dos diretores e presidente do Banco Central.

Para Hartung, o Parlamento deve, cada vez mais, exercer o papel de "temperar a análise técnica fria dos gabinetes da Esplanada dos Ministérios com a visão das conseqüências práticas para os meios de produção e para a sociedade, num esforço sem limites para se produzir crescimento e reduzir desigualdades".

Segundo o senador, as discussões em torno do papel do Banco

Central como instituição executiva da política monetária nunca se deram de forma suficientemente clara para que os cidadãos pudessem ter respostas concretas e esclarecedoras.

Enquanto o país obteve avanços em diversos setores, entende Hartung, o financeiro ficou praticamente estagnado, por ter sido adotada "metodologia marcada por um profundo hermetismo". Exemplo disso, argumentou, é que "até hoje ninguém entendeu direito o socorro prestado pelo governo aos bancos Marka, de Salvatore Cacciola, e Fontecindam".

Hartung quer também que seja logo regulamentado o artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2002

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira
14h30 — Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC que altera dispositivo da Constituição federal referente às guardas municipais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PLS que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos à prova; PDL que aprova solicitação para o Brasil fazer a declaração facultativa prevista no artigo 14 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, reconhecendo a competência do Comitê Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial para receber e analisar denúncias de violação dos direitos humanos cobertos na convenção; e PDL que aprova o texto da convenção sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PLS que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva; PDL que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para Cooperação Turística celebrado entre os governos do Brasil e da República Bolivariana da Venezuela; e PDL que aprova o texto do Acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre Cooperação e Coordenação em Matéria de Sanidade Agropecuária.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que trata da propriedade de empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens; PLC que institui o Dia Nacional da Defensoria Pública; PLC que dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha; PLC que institui o Dia Nacional do Bacharel em Turismo; PLC que institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma; PLS que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos ao tribunal do júri; e PDL que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária, celebrado entre os governos do Brasil e da Romênia.

Sexta-feira

9h — Sessão não-deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tebet promete votar MPs para desobstruir pauta

Presidente do Senado pretende realizar até mesmo sessões extraordinárias, a partir de terça-feira à noite, para examinar medidas provisórias que chegaram à Casa, abrindo caminho para a análise de outros projetos

A pauta de votações do Plenário do Senado pode ser trancada a partir da próxima terça-feira por 18 medidas provisórias (MPs) aprovadas pelos deputados nesta semana e cujo prazo de vigência se encontra próximo de vencer. O presidente do Senado, Ramez Tebet, pretende realizar até mesmo sessões extraordinárias, a primeira na noite de terça-feira, para limpar a pauta de MPs e retomar as votações normais de projetos.

O trancamento da pauta de votações na Câmara e no Senado é um mecanismo introduzido na Constituição federal no final do ano passado, quando o Congresso alterou o sistema de vigência e votação das medidas provisórias



Ramez Tebet quer garantir a votação normal de projetos pelo Senado

editadas pelo presidente da República. Medida provisória agora é assinada e tem vigência de 60 dias, podendo ser reeditada por

mais 60. Entretanto, se ao final de 45 dias, contados da publicação, não for apreciada, ela entra na pauta de votações em caráter de urgência e prioridade, impedindo que outras matérias sejam votadas.

Das 18 MPs, três chegaram ao Senado até a noite de ontem e já constam da pauta de votações para terça-feira. As outras devem chegar à Casa até nesta segunda-feira, conforme informação da Secretaria-Geral da Mesa da Câmara, entre elas

o projeto de conversão da MP nº 22, de 2002, que corrige a tabela do Imposto de Renda das Pesso-

as Físicas em 17,5%.

Na mesma MP, o Executivo incluiu vigência indefinida para o adicional de 2,5 pontos percentuais na alíquota de 25% do IR de pessoas físicas com salários superiores a R\$ 2.115. Por acordo partidário, o adicional será cobrado apenas até dezembro deste ano. Todas as alterações feitas pelos deputados foram aceitas pelo governo, o que significa votação sem maiores problemas no Senado.

Das 18 MPs que estarão trancando a pauta do Senado, dez não sofreram qualquer alteração na Câmara. Cinco delas abrem crédito extraordinário dentro do Orçamento da União para ministérios.

Duas medidas provisórias tra-

tam de renegociação de dívidas de agricultores, inclusive os pequenos, e uma institui o Programa Bolsa-Renda para agricultores de municípios que decretaram calamidade pública por causa de estiagem ou de enchentes.

Os senadores receberão outras duas MPs nos próximos dias, as quais ainda não tiveram votação encerrada na Câmara. Elas prorrogam a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) – de que falta a votação de dois destaques pelos deputados – e aumentam o salário mínimo de R\$ 180 para R\$ 200, esta com vigência desde o dia 1º de abril.

Comissão de Segurança define texto na quarta

Ficou para a próxima quarta-feira, em reunião marcada para as 14h, a definição do texto final do relatório da Comissão Mista de Segurança Pública com as 23 propostas aprovadas nos 60 dias de funcionamento do grupo. Prevista para ontem, essa etapa do trabalho teve que ser adiada porque os sete sub-relatores ainda não entregaram todas as correções de redação.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), presente à reunião fechada realizada ontem, explicou que o texto consolidado também precisa ser publicado para ciência e anuência de todos os integrantes da comissão. Ele garantiu, no entanto, que o adiamento não atrasará o resultado dos trabalhos.

– Todo o esforço da comissão já está feito – frisou Tuma.

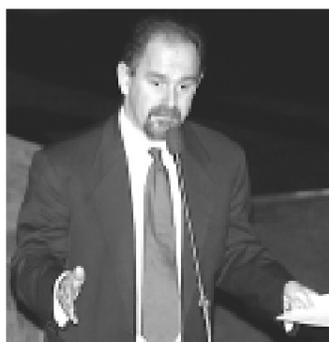
Um dos pontos que estão sendo revisados pelos parlamentares diz respeito à Lei Orgânica das Polícias, no capítulo que trata das carreiras dos policiais civis, especificamente sobre a independência dos peritos criminais. De acordo com o relator geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), apesar de a questão constar de forma conflitante em dois projetos, ela não será objeto de novas votações, mas apenas de uma adequação textual.

Líderes comentam decisão do STF sobre coligações

Os líderes partidários que se encontravam em Brasília não se surpreenderam com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de não julgar o mérito da decisão pela qual o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a verticalização das coligações partidárias para as eleições deste ano.

– Não me surpreendi. Achava mesmo que o STF ia ser corporativista com o TSE. Se o STF decidiu em sentido contrário, seria desastroso – afirmou o líder do PT, José Eduardo Dutra (SE).

O resultado dessa decisão, na opinião de Dutra, implicará uma verdadeira “laranjada nas alianças nos estados”. No seu entender, vai haver candidato a governador sem candidato a senador e inúmeras outras novidades. Quanto ao PT, ele disse que a decisão do STF não significou grande prejuí-



José Eduardo Dutra não se surpreendeu com posição do STF, enquanto Renan Calheiros continuará lutando para derrubar decisão e Roberto Freire entende que partidos devem ser livres para definir caminhos

zo, apenas sepultará de vez a aliança com o PL.

Líder do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) afirmou que continuará lutando para que a Câmara dos Deputados aprove projeto de sua autoria que derruba a decisão do TSE.

– Nós não vamos pendurar as chuteiras. A bola continua com o Congresso e a Câmara pode apro-

var o projeto. É a única saída – observou ele.

Na opinião de Renan Calheiros, a decisão do STF pode ser juridicamente perfeita, mas foi politicamente injusta. Ele disse que a competência legislativa do Congresso precisa ser preservada e que a decisão do STF não impede a aprovação do seu projeto.

Já o senador Roberto Freire

(PPS-PE) afirmou que, ante a proposta do PPS de eleger Ciro Gomes presidente da República, a decisão do STF não altera nada. Ele lamentou mais uma vez que a decisão dos dois tribunais reafirme uma tendência de intervenção do Judiciário na vida partidária.

No entender de Freire, os partidos devem ser livres para definir seus próprios caminhos.

Carlos Wilson defende reforma política urgente

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) opinou ontem que o Congresso deveria aproveitar o momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) se pronuncia sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de verticalizar as campanhas eleitorais (obrigando que as coligações partidárias nacionais sejam reeditadas no plano estadual) para consolidar de uma vez as regras do jogo eleitoral e partidário do Brasil.

– Não acredito que este Con-

gresso Nacional vá se debruçar sobre a reforma política. Mas ela é urgente. Urgentíssima. Fundamental para que se renove o princípio da democracia representativa. Para que sejamos grandes, para que sejamos respeitados, é preciso que as regras do jogo político sejam perenes, claras e transparentes – afirmou Carlos Wilson.

Discursando em Plenário antes de conhecer a decisão do STF sobre o assunto, Carlos Wilson comentou que o resultado da análi-

se dos ministros do Supremo deve ser encarado como o início de um processo, comandado pelo Congresso, de reformulação das regras eleitorais.

Na avaliação do senador, as constantes mudanças na legislação eleitoral complicam a vida dos eleitores, que encontram dificuldades para entender qual regra está em vigor. “Por alguma razão, a tão esperada reforma política continua tramitando apenas no plano das idéias”, lamentou.



Carlos Wilson: “É preciso que regras sejam perenes e transparentes”

Conselho será instalado logo, reafirma Tebet

Entendimento nesse sentido celebrado entre líderes partidários levou Bloco Oposição a concordar com o início da discussão da proposta de emenda constitucional que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação do país

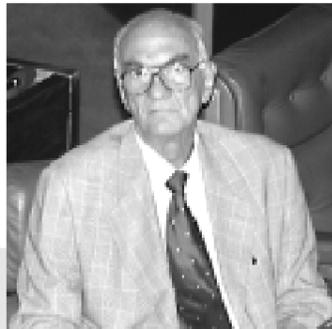
No primeiro dia de discussão, em Plenário, da proposta de emenda constitucional que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas brasileiras de mídia, o presidente do Senado, Ramez Tebet, reiterou o compromisso de implantar rapidamente o Conselho de Comunicação Social, previsto na Constituição de 1988.

— Vou fazer o possível para instalar o conselho antes do segundo turno de votação da proposta de emenda que está em discussão — anunciou Tebet, a pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição, que relatava, da tribuna, entendimento celebrado entre os líderes partidários sobre o tema.

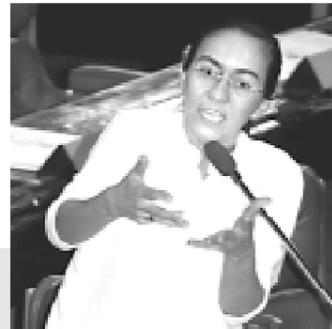
De acordo com Suplicy, o bloco concordou com o início da discussão da proposta de ingresso de capital estrangeiro nas empresas de comunicação depois de



Ramez Tebet disse que implantação poderá ocorrer antes do início do segundo turno da PEC



Roberto Saturnino anunciou seu voto contrário à aprovação da proposta



Para Heloísa Helena, conselho é tão importante quanto investimento externo na mídia

garantida a instalação do conselho. Ele defendeu a criação de uma agência reguladora autônoma que seja responsável pelo controle das concessões e autorizações para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) se disse perplexo com o acordo feito entre as lideranças,

uma vez que a instalação do Conselho de Comunicação Social seria apenas o cumprimento da lei. O recente exemplo da Venezuela, onde a imprensa teve relevante papel na queda do presidente Hugo Chávez, foi utilizado pelo senador como exemplo do poder exercido atualmente pelos veículos de comunicação.

— A participação do capital estrangeiro será terrível, pois cinco ou seis grupos que já dominam a mídia no mundo estarão em breve dominando também a mídia brasileira — afirmou Requião.

A preocupação com as consequências do ingresso de capitais externos levou o senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) a

também antecipar seu voto contrário à proposta. Na sua opinião, poucas empresas brasileiras serão escolhidas por investidores estrangeiros para seus investimentos, enquanto as demais permanecerão em más condições financeiras.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), tão importante quanto debater o ingresso de capitais externos e a instalação do Conselho de Comunicação Social é o debate do modelo de comunicação adotado pelo país.

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) antecipou seu voto favorável à proposta que permite investimentos estrangeiros na mídia. Para o senador, essa é uma tendência em todo o mundo. Também anunciaram que votarão a favor da matéria os senadores Carlos Patrocínio (PTB-TO) e Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Supremo Tribunal Federal ganha canal de televisão

Os senadores aprovaram ontem projeto de lei que permite a criação de um canal de televisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF), nos moldes da TV Senado. A proposta, já aprovada pela Câmara, tramitava em regime de urgência e segue para a sanção do presidente da República.

O projeto altera as regras sobre televisão por assinatura para que as concessionárias desse serviço reservem, gratuitamente, espaço a um canal destinado à divulgação dos atos do Poder Judiciário e dos serviços essenciais à Justiça. Atualmente, as concessionárias devem prever canais para o Senado, a Câmara, assembleias legislativas, câmaras municipais, comunidades e universidades.

O relator da matéria na Comissão de Educação, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), afirmou que informar o público sobre o funcionamento da Justiça e sobre os mecanismos de acesso aos serviços judiciários ajuda no fortalecimento das instituições, pois tem o poder de elevar a confiança



José Fogaça: STF debate temas que dizem respeito a interesses dos cidadãos

nos seus procedimentos.

Já o senador José Fogaça (PPS-RS) observou que o Supremo debate temas que dizem respeito diretamente aos interesses dos cidadãos.

Por sua vez, o presidente do Senado, Ramez Tebet, ressaltou que é preciso fortalecer a cidadania no Brasil e que abrir o Judiciário à sociedade brasileira contribui para isso.

— Se a TV do STF já estivesse funcionando, boa parte da classe política e da população estaria atenta hoje (*ontem*) ao debate do STF sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que verticalizou as ligações partidárias. A informação rápida e eficiente contribui para a cidadania no mundo globalizado — disse Tebet.

Na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), um canal de televisão para o Supremo pode, inclusive, ter função didática para os profissionais e estudantes de Direito. Os senadores Luiz Otávio (PPB-PA), Romero Jucá (PSDB-RR) e Sebastião Rocha (PDT-AP) também destacaram a importância da criação do canal do STF.

Autorizadas novas concessões para rádios

Cinco projetos relativos à exploração de serviços de rádio e televisão foram aprovados ontem no Plenário, seguindo para promulgação. Também foi acolhido requerimento de Waldeck Ornélas (PFL-BA) solicitando a tramitação independente de projeto de resolução de sua autoria que altera o Regimento Interno do Senado para disciplinar o funcionamento de comissões temporárias. Com esse acolhimento, o projeto do senador será dispensado do projeto de resolução de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), sobre uma reforma mais ampla do Regimento Interno.

Das proposições aprovadas, três permitem execução de serviços de rádio FM pela Fundação Cultural Exército Brasileiro, em Brasília (DF), Fundação João Paulo II, em Cachoeira Paulista (SP), e Rádio Principal FM Ltda., em Valparaíso (GO). Durante a discussão das matérias, Jonas Pinheiro (PFL-MT) destacou a “finalidade educativa” da programação da emissora ligada à Fundação João Paulo II, enquanto Lindberg Cury (PFL-DF) ressaltou a capacidade da Rádio Principal FM Ltda. de transmitir programas culturais para várias cidades de Goiás.

Aprovado projeto que institui Dia da Adoção

Na data de 25 de maio será comemorado o Dia Nacional da Adoção, conforme estabelece projeto de lei aprovado ontem pelo Senado. A matéria já havia sido acolhida pelos deputados e, agora, segue para sanção do presidente da República.

O relator do projeto na Comissão de Educação, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), acredita que essa comemoração vem “coroar as ações em prol da adoção” no país, como a lei recém-aprovada que estende a licença-maternidade às mães adotantes.

O autor da proposta, deputado João Matos (PMDB-SC), entende que o projeto contribuirá com o trabalho das muitas associações voltadas para o incentivo da adoção e para a orientação das pessoas que pretendem acolher crianças e adolescentes.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), a proposta não é uma “singela matéria legislativa”, por ter grande alcance social e poder de inclusão de pessoas antes excluídas da sociedade. O senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que a



Relator da matéria, Casildo Maldaner destacou importância da data

medida se reveste de um “simbolismo transcendental”.

Já o senador Romeu Tuma (PFL-SP) entende que a adoção desse dia nacional é parte fundamental do processo de conscientização de nossa brasileira para a solidariedade.

Com a experiência de uma adoção em casa, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que o projeto é importante não apenas para a criança, mas para toda a família. Conforme assegurou, é possível conciliar filhos naturais e adotivos em perfeita harmonia. A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) ressaltou o papel das mulheres na adoção, por sua sensibilidade e solidariedade.

O líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), avalia que o projeto abre caminho para novas adoções, que devem ser parte essencial de qualquer política social. Pela liderança do Bloco Oposição, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que também é importante garantir as mesmas condições que tem a mãe biológica para a mãe adotiva.

Descendente de escravo deve ter direito a terra de quilombos

Substitutivo da Câmara a projeto da então senadora Benedita da Silva foi aprovado pelo Plenário e irá à sanção do presidente da República

Substitutivo da Câmara ao projeto da ex-senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que regulamenta o direito de propriedade das terras das comunidades remanescentes dos quilombos, foi aprovado ontem pelo Plenário. A proposta, que também define os procedimentos para obtenção do título de propriedade, vai agora à sanção presidencial.

Ao discutir a matéria, os senadores Roberto Saturnino (sem partido-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltaram que ela resgata a dívida social do país com os escravos negros e seus descendentes. "Ao aprovar esse



O relator Geraldo Cândido destacou o alcance social da medida

projeto, o Senado colabora com o reconhecimento do valor da população negra escravizada, fundamental para o desenvolvimento do país", declarou Saturnino.

Já Suplicy viu na medida "o

resgate do direito à cidadania daqueles que contribuíram com seus esforços para o crescimento do Brasil, sem direito a remuneração ou liberdade". Os dois senadores parabenizaram Benedita da Silva, atual governadora do Rio de Janeiro, cabendo a Suplicy apelar ao presidente Fernando Henrique para acelerar a sanção ao projeto.

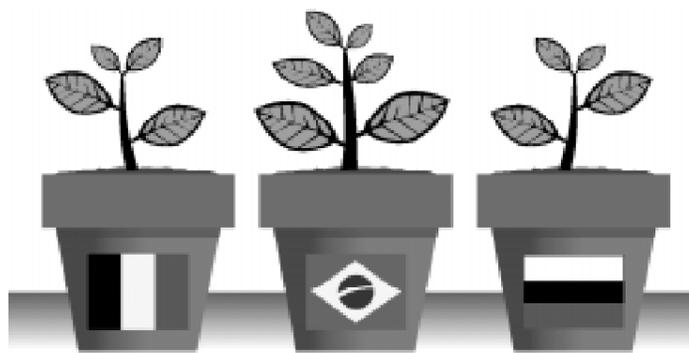
Relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) destacou em seu parecer o "alcançe social" da iniciativa, "uma vez que objetiva preservar a história, a cultura, a luta e a memória dos remanescentes dos quilombos e a sua contribuição para a formação da identidade nacional".

País terá cooperação técnica com Rússia e Romênia

O Plenário deliberou ontem sobre dois projetos de decreto legislativo que aprovam textos de acordos de cooperação na área agrícola firmados entre o Brasil e os governos da Romênia e da Rússia. As matérias seguem agora a promulgação.

Celebrado entre os governos brasileiro e romeno, em julho de 2000, esse acordo prevê a promoção da cooperação técnica entre os dois países nos campos da proteção de plantas e da quarentena vegetal, com o objetivo de combater pragas e fortalecer mecanismos de defesa fitossanitária. A intenção é estimular a ampliação do comércio de produtos de origem vegetal e prevenir a utilização de barreiras comerciais fitossanitárias, aumentando a segurança do comércio internacional no setor.

Ao discutir o acordo estabele-



cido entre o Brasil e a Rússia, Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou sua importância para incentivar o intercâmbio comercial de produtos agrícolas. "A suinocultura e a avicultura de Santa Catarina têm sido favorecidas com o aumento das exportações para a Rússia", informou, ressaltando o impacto positivo sobre a absorção de mão-de-obra e o saldo da balança comercial brasileira.

O senador também parabenizou o relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), reproduzindo o seguinte trecho de seu parecer: "O acordo bilateral facilita e incrementa o comércio interpartes em um setor altamente vantajoso para a economia brasileira, colaborando para a segurança produtiva".

Plenário acolhe dedução de pagamentos de precatórios

O Plenário aprovou ontem projeto de resolução apresentado por Pedro Simon (PMDB-RS) e Heloísa Helena (PT-AL) que permite deduzir, do limite máximo de comprometimento da receita do Rio Grande do Sul com pagamento de sua dívida, os desembolsos feitos com resgate de títulos públicos emitidos pelo governo gaúcho para pagamento de precatórios judiciais.

O projeto recebeu parecer favorável do vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR). Ele recordou que condições iguais foram concedidas a outros estados.

Durante o debate, Simon lembrou que os títulos emitidos pelo Rio Grande do Sul entre 1995 e 1997 foram considerados legítimos pela CPI dos Precatórios. Mesmo assim, não foram incluí-



Simon: CPI considerou legítimos títulos emitidos pelo Rio Grande do Sul

dos na renegociação da dívida gaúcha. "O projeto é justo, importante e necessário", afirmou.

Heloísa Helena também enfatizou a legalidade dos títulos gaúchos, em contraste com títulos emitidos pelo governo de Alagoas, objeto de decisão adotada há uma semana em Plenário. "Em Alagoas houve vigarice política", disse.

A atuação do governo anterior do Rio Grande do Sul foi ressaltada por José Fogaça (PPS-RS). A seu ver, se o atual governo gaúcho solicita com justiça a equiparação, Antonio Brito "agiu com integridade" na questão dos precatórios.

Por sua vez, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) observou que, com a aprovação do projeto, encerrava-se uma fase de discussão do tema precatórios.

Projeto que proíbe uso de silicone tramitará em regime de urgência

Os senadores aprovaram na sessão plenária de ontem requerimento de Sebastião Rocha (PDT-AP) que prevê a tramitação em regime de urgência de projeto de lei que proíbe o uso médico de silicone injetável. Relator da matéria, Rocha diz

que a medida, acertada em acordo de líderes partidários, vai permitir sua votação em Plenário já na próxima semana.

Além de impedir o uso de silicone líquido em seres humanos, o projeto fixa regras para a aplicação médica de próteses desse material. Segundo o senador, quem infringir essa proibição es-



A matéria deverá ser votada na próxima semana, diz Rocha

tará sujeito a pena de reclusão de dois a seis anos. "Essa é a mesma pena para quem comete lesão corporal", informou.

Conforme comentou o senador, o uso aleatório do silicone líquido vitimou a empregada doméstica baiana Rosângela

Dantas de Jesus, que morreu após se submeter a aplicações do produto para modelar o corpo. "A substância usada em Rosângela era utilizada no polimento de carros", afirmou. O relatório de Sebastião Rocha também incorpora emenda de Nabor Júnior (PMDB-AC) que proíbe o uso de silicone em menores de 18 anos.

Stadler quer isenção do IR em resgate de previdência

Os resgates de recursos aplicados em planos de previdência privada ficarão isentos do Imposto de Renda quando forem destinados ao financiamento de imóvel residencial, conforme projeto apresentado pelo senador Ari Stadler (PPB-SC). A proposta será analisada em decisão terminativa pela

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor informa na justificativa do projeto que os valores resgatados não serão destinados ao consumo, mas estritamente ao investimento fixo:

— Para o contribuinte, trata-se apenas de alternar a forma de sua provisão para a velhice,

que deixa de ser financeira para estar representada por um imóvel — com a vantagem de que ele pode usufruir dele antecipadamente, sem precisar esperar o longo decurso do prazo de acumulação, próprio dos planos de previdência — explica.

Conforme Stadler, a isenção do Imposto de Renda traz van-

tagens para a economia como um todo. Além de incrementar a economia e reduzir o desemprego, diminui o déficit habitacional da classe média, em decorrência do estímulo à construção civil — argumenta Stadler.



Para Ari Stadler, a medida incrementa a economia e reduz desemprego

Viana critica falta de saneamento básico no país

O senador Tião Viana (PT-AC) classificou como "vergonhosa" a realidade dos serviços de saneamento básico no país, revelada em recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo informou em Plenário ontem, a coleta de esgoto experimentou um "tímido" crescimento de 4,9% entre 1989 e 2000, passando de 47,3% para 52,2%.

— A situação é ainda mais delicada se considerarmos que, desse percentual, somente 35% são devidamente tratados — comentou.

A oferta de água potável também preocupa o senador. En-



Segundo Tião Viana, realidade do saneamento básico é "vergonhosa"

quanto o volume de água tratada distribuída cresceu 52,5%, o volume de água sem tratamento que chega aos domicílios aumentou 191,3% no período. Tião Viana observou que o problema é mais sério na Região Norte, onde o percentual de domicílios que recebem água imprópria para consumo é de 32,4%.

Das 125.281 toneladas de lixo produzidas diariamente no Brasil, o IBGE constatou que 70% são jogadas a céu aberto, destino idêntico ao dos 14,5 milhões de metros cúbicos de esgoto, registrou o senador. "O fato é que os recursos públicos para investimento nessa área foram praticamente suspensos", afirmou.

Em apartes, os senadores Paulo Hartung (PSB-ES), Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) e Roberto Requião (PMDB-PR) também mostraram preocupação com os rumos do saneamento básico no Brasil. Para Hartung, essa questão tem de estar inserida na discussão da reforma urbana. Requião acredita que os atendimentos em saúde teriam uma redução expressiva com a concessão de uma cota mínima gratuita de água potável. Já Juvêncio da Fonseca defendeu um programa nos moldes do Plano Nacional de Saneamento, lançado nos anos 70 pelo governo federal, que tinha como meta estender o serviço, em 10 anos, a pelo menos dois terços da população.

Álvaro: municípios precisam da taxa de iluminação pública

Um dos autores da proposta aprovada esta semana na CCJ, senador diz que prefeituras não têm outra forma de arcar com os custos desse serviço

Somente com a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a cobrança da taxa de iluminação pública, que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania esta semana, as prefeituras poderão arcar com o custeio dessas despesas. A opinião é do senador Álvaro Dias (PDT-PR), um dos autores da proposta.

Segundo Álvaro Dias, a PEC foi fruto de reivindicação da Confederação Nacional de Municípios, que argumentou que a iluminação pública não pode ser paga com os impostos municipais ordinários. O risco, disse o senador, é que as cidades fiquem inadimplentes com as empresas concessionárias ou distribuidoras de energia elétrica. Atualmente, informou, as prefeituras vêm cobrando a taxa, mas enfrentando demandas judiciais que tornam esse financiamento precário.

— A iluminação pública é um



Na opinião de Álvaro Dias, PEC pode acabar com o impasse em torno do assunto

serviço da alçada de cada município e sua cobrança tem gerado muita controvérsia, com ações judiciais questionando a constitucionalidade de leis municipais autorizadas. O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, já firmou jurisprudência no sentido da inconstitucionalidade da cobrança, por não se tratar de serviço público específico e divisível e, em cer-

Maldaner espera melhoria e expansão do serviço

Como um dos autores da proposta de emenda à Constituição que institui a taxa de iluminação pública, o senador Casildo Maldaner acredita que a aprovação da matéria vai permitir que as prefeituras dotem os municípios de iluminação eficiente. A proposta recebeu parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e deve ser examinada em breve em Plenário.

— A iluminação é um bem utilizado pelas pessoas em qualquer parte, mas que atualmente está sob risco. Hoje as prefeituras ficam inclusive inibidas de ampliar a rede de iluminação pública e atender bairros e distritos que estão na escuridão. Com essa contribuição, por pequena que seja, vai haver um fundo para ajudar a levar a luz para outros lugares e melhorar a iluminação de ruas onde ela não é suficiente — afirmou.

O senador lembrou que PEC com o mesmo conteúdo não obteve os votos necessários para aprovação no Plenário do Senado em dezembro passado. Ele disse que este ano resolveu apresen-



Casildo Maldaner acredita que a proposta será aprovada pelo Plenário do Senado

tar a proposta, que também é subscrita pelo senador Álvaro Dias, dado que ela atende à demanda dos mais de 5 mil municípios brasileiros. Maldaner também informou que, na prática, as prefeituras vêm cobrando a taxa, mas a cobrança tem sido derrubada na Justiça.

— Não há condições legais para fazer essa cobrança. Estamos dando condições às prefeituras, depois de ouvidas as câmaras municipais e a sociedade, de estipular essa contribuição para que os logradouros, as praças, as ruas possam oferecer in-

Roosevelt Pinheiro

clusivo mais segurança às pessoas — explicou.

De acordo com Casildo Maldaner, quando a medida entrar em vigência, a concessionária deve incluir a taxa na conta de luz, repassando o valor correspondente à prefeitura. Em muitos lugares, continuou, as prefeituras estão arcando com o pagamento da iluminação pública com seu orçamento atual, o que representa um grande dispêndio para os municípios.

— Dessa forma, as pessoas também estão tendo que arcar com o pagamento da iluminação pública, tendo em vista que o dinheiro sai do fundo geral da arrecadação municipal — observou.

O senador disse estar otimista de que, desta vez, não haverá problemas para aprovar a proposta em Plenário e a Câmara também deve ratificar a proposta, tendo em vista que já fez isso no ano passado. Para ele, a contribuição pode começar a ser cobrada 90 dias depois de promulgada a emenda constitucional, como acontece no caso da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Ademir denuncia crescimento da malária no Pará

O aumento da incidência de malária no Pará foi motivo de protesto por parte do senador Ademir Andrade (PSB-PA), que defendeu uma política preventiva de saúde pública. "O mal que mais assola a população pobre do meu estado é a malária. Sim, a malária. Essa doença, a mais antiga da Amazônia, está aí, em pleno século XXI, a se espalhar, não só no campo e nas regiões interioranas mais pobres, mas também na periferia de Belém, a capital paraense, e Ananindeua, um dos maiores municípios da região metropolitana de Belém", informou o senador.

Segundo Ademir, os casos de incidência da doença atingiram, em janeiro, 630 moradores de Belém e Ananindeua, sendo que foram notificados 178 casos em fe-



Ademir Andrade: por que as autoridades não agem previamente?

vereiro. Os casos de dengue no estado, continuou o senador, somaram apenas 98. Ademir explicou que não é surpresa, para a Secretaria de Saúde do Pará, a ocorrência concomitante das duas doenças, pois é previsível que picos de malária aconteçam na época das chuvas. Mas a Região Norte concentra 98% dos casos de malária do país, sendo que Belém e Ananindeua concentram a maioria dos doentes da Amazônia.

— Mas, então, se a incidência de casos em época previamente conhecida constitui um dado *a priori*, cabe perguntar: por que as autoridades responsáveis não agem previamente? Por que deixam acontecer para depois enfrentar a doença? O problema da malária é parecido com o do dengue. Primeiro, deixamos acontecer. Depois, vamos cuidar — afirmou Ademir.

Para o senador, o que preocupa não é apenas o elevado número de casos, mas o papel que a endemia representa como entrave ao desenvolvimento da região. Segundo ele, se já é difícil para uma região que ficou para trás crescer e se nivelar às demais, a situação é muito pior se ela for desgastada por décadas de endemia.

Roosevelt Pinheiro

Congresso homenageará centenário de Juscelino

O presidente do Senado, Ramez Tebet, atendeu ontem às solicitações apresentadas pela comissão mista encarregada das comemorações do centenário de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Entre as iniciativas, está a sessão solene do Congresso no dia 12 de setembro, a exibição de documentário no Salão Negro e a edição de várias obras esgotadas, entre elas *Por que construí Brasília*.

— A memória de JK precisa ser cultuada, pois ele foi um homem que soube perdoar e construir, acreditou no Brasil, teve o verdadeiro espírito desenvolvimentista. Eu diria que foi o maior presidente do Brasil — afirmou o senador. Tebet colocou os serviços do

Senado à disposição da Comissão do Centenário JK, composta pelo deputado Paulo Octávio (PFL-DF), presidente; senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator; e o senador Lindberg Cury (PFL-DF).

— É uma satisfação homenagear um dos grandes homens deste país, que também foi senador da República. O Senado vai fazer todo o possível para o brilho das comemorações — afirmou Tebet.

Segundo Francelino, é dever do Congresso realizar grandes comemorações pelos 100 anos de nascimento de JK. Lindberg ressaltou os benefícios trazidos a toda a população brasileira pelo processo de interiorização iniciado por Juscelino em 1957, quando começou a construção de Brasília.



Para Ramez Tebet, "a memória de JK precisa ser cultuada, pois ele foi um homem que acreditou no Brasil"

Valadares comemora os 42 anos de Brasília

Os 42 anos de fundação de Brasília, a serem comemorados no dia 21 de abril, foram registrados pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Por ocasião do aniversário da capital brasileira, "todo o país se lembra da história da construção de Brasília, do valor simbólico que ela adquiriu para toda a nação e o que ela possibilitou em termos de integração, com o avanço da ocupação do interior, garantindo a soberania territorial do Brasil", disse.

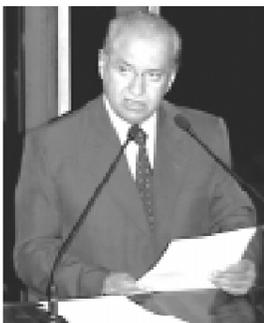
— Brasília é o fruto de felizes coincidências: do encontro, na mesma época, de pessoas especiais, como Juscelino Kubitschek, o seu criador, os arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, construtores de Brasília, e Bernardo Sayão, o executor de

obras consideradas impossíveis, como a Belém-Brasília.

Valadares recordou ainda que a interiorização da capital já estava prevista desde o Império, mas a transferência só se tornou possível em 19 de setembro de 1956, com a sanção, por Juscelino, da Lei nº 2.874, que determinou a mudança da capital.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, associou-se à homenagem e destacou a decisão de Juscelino de interiorizar o país com a construção de Brasília.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Lindberg Cury (PFL-DF) também homenagearam os 42 anos de fundação de Brasília, lembrando que a capital foi a principal obra destinada a promover a integração nacional.



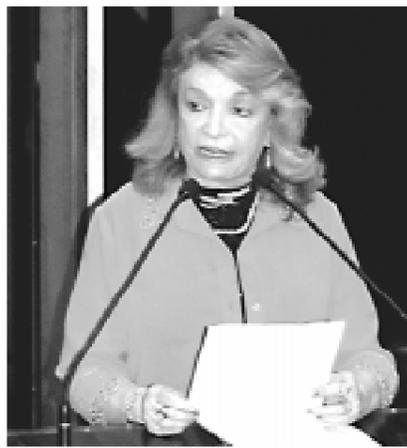
Antonio Carlos Valadares: capital do Brasil "é fruto de felizes coincidências"

Marluce critica política de demarcação de terra indígena

Para senadora, trabalho da Funai não pode restringir-se à questão fundiária. Cobrança foi feita em homenagem ao Dia do Índio

Em homenagem ao Dia do Índio — comemorado hoje —, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) reivindicou em Plenário uma política nacional para a população indígena e fez críticas à atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), por sua ênfase na demarcação de terras.

— A questão indígena no país continua seriíssima e não pode continuar sendo empurrada com a barriga, eternamente subordinada a discussões estereis e emocionais. A Funai não pode ficar com uma política voltada quase que exclusivamente para a demarcação. O que vemos são reuniões e mais reuniões em gabinetes refrigerados de Brasília, enquanto os índios permanecem re-



Marluce Pinto afirmou que os índios clamam por melhores condições de vida

legados ao abandono e carentes de quase tudo — afirmou.

Segundo a parlamentar, há hoje 564 áreas indígenas no país, que representam quase 98 milhões de hectares — 11,34% do território na-

cional e mais de 60% do estado de Roraima. Marluce lembrou haver ainda mais 34 áreas em processo de demarcação e outras 62 em estudo.

Para a senadora, a questão indígena exige propostas que estabeleçam ações concretas e práticas, que permitam ao índio o exercício pleno de sua cidadania, sem violar sua vida, conceitos, valores e cultura. Os índios, acrescentou, devem ter acesso ao progresso econômico e social e, principalmente, à convivência com as comunidades não-indígenas.

Na visão de Marluce, os índios clamam por melhores condições de vida e merecem amplo apoio nas áreas de saúde, educação e saneamento básico, para que tenham melhor organização em suas atividades produtivas, mas preservando sua identidade.

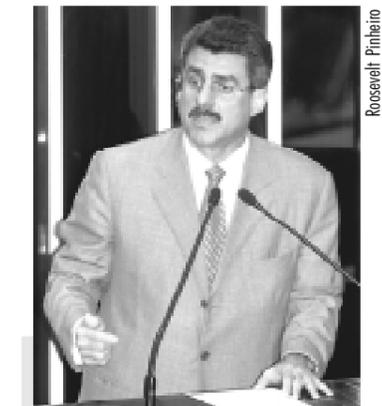
Para Jucá, Dia do Índio deve motivar reflexão

O Dia do Índio, comemorado hoje, deve servir de motivo para que os brasileiros reflitam sobre os problemas vividos pelas comunidades indígenas, de modo a buscar para elas as melhores soluções que o Brasil tem condições de oferecer, afirmou ontem em Plenário o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Segundo Jucá, que já foi presidente da Fundação Nacional

do Índio (Funai), todos os brasileiros estão convidados a participar, em Bertioga (SP), da Semana do Índio, ciclo de debates sobre as questões envolvendo as comunidades indígenas do país.

Estudiosos, políticos, líderes indígenas e diversas autoridades estarão participando do evento, que começou no dia 10 e vai até domingo.



Romero Jucá: brasileiros devem buscar as melhores soluções para os índios

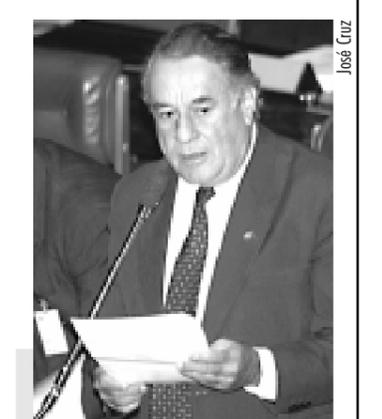
Juvêncio aplaude fórum sobre saúde indígena

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) aplaudiu a iniciativa da Sociedade Brasileira de Pediatria, em parceria com a representação da entidade em Mato Grosso do Sul, de realizar em Campo Grande (MS) o III Fórum Nacional em Defesa da Saúde da Criança Indígena. O encontro, iniciado ontem, termina hoje.

— É inegável que a sociedade brasileira tem sido negligente com os cuidados de educação e saúde de crianças e adolescentes indígenas, por isso iniciativas como essa cumprem impor-

tante papel de conscientização — afirmou o senador.

Juvêncio lembrou que Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil — em torno de 40 mil índios. Por isso, disse, é oportuno que o fórum se realize em Campo Grande. Ele louvou o empenho do presidente da Sociedade Estadual de Pediatria, Rubens Trombini Garcia, em viabilizar a realização do III Fórum na capital de Mato Grosso do Sul. Segundo o senador, além de ser um homem idealista, o médico é "grande especialista na área social da pediatria".



Juvêncio da Fonseca informou que encontro debaterá a saúde da criança indígena

Crise pode levar Argentina ao abismo, alerta Requião

Senador constatou gravidade da situação ao participar de reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em Buenos Aires

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), em discurso ontem, mostrou-se preocupado com a crise que assola a Argentina e disse que a situação é tão caótica que já existe uma perspectiva de o desemprego chegar a 30%, o que, observou, colocará nada menos do que 50% da população daquele país em estado de absoluta miséria. O senador fez essa constatação após participar de reunião da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em Buenos Aires.

Requião, que compareceu ao encontro como presidente da representação brasileira da comissão, informou que nada menos que 60% do movimento comerci-



Roberto Requião criticou ausência de deputados na reunião da comissão

al da Argentina desapareceu e que cerca de 42% da população vive abaixo da linha de pobreza.

— Isso é muito grave e, se alguma providência não for tomada, levará fatalmente a Argentina para o abismo — afirmou.

Requião informou que os par-

lamentares reuniram-se com representante do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anoop Singh. Dessa reunião, o senador saiu com a certeza de que a Argentina “quebrou” por não ter cumprido seus compromissos financeiros internos e externos, principalmente os assumidos junto ao FMI.

O senador estranhou que o presidente da Câmara, Aécio Neves, não tenha determinado o envio de deputados ao encontro em Buenos Aires.

— Foi uma conduta irresponsável de Aécio Neves, o que demonstra a sua total insensibilidade com relação à política externa — disse.

Requião considerou o encontro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, presidido pelo ex-presidente argentino Raul Alfonsín, bastante positivo.

PRESIDENTE RECEBE DIPLOMATA DE TAIWAN

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem, em seu gabinete, visita de cortesia do representante de Taiwan, Louis Kuo Ruey Chou.



Jane de Araújo

Mauro propõe nome para viaduto em Morrinhos

Projeto de lei apresentado pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO) denomina “Ovídio José dos Santos” o viaduto localizado no km 620 da rodovia BR-153, no município de Morrinhos (GO). Segundo o parlamentar, a homenagem é justa, pois Ovídio dos Santos dedicou sua vida aos interesses daquela coletividade. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE),



Mauro Miranda: o homenageado é exemplo de coragem e retidão

onde deverá receber decisão terminativa.

Na justificativa do projeto, Mauro Miranda informa que o homenageado, nascido na Fazenda Serra, em Morrinhos, lutou pelo crescimento e desenvolvimento do município, contribuindo regularmente para o bem-estar dos moradores da Vila São Vicente de Paula e da comunidade em geral, com aporte de alimentos e recursos financeiros.

Na política, lembrou o senador, esteve à frente de movimentos partidários, lutando para que a coerência e a justiça imperassem nas ações políticas. Era presença imprescindível nas reuniões político-partidárias de Morrinhos, sendo seu voto decisivo para a solução de impasses.

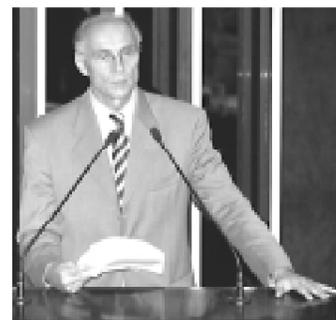
— Ao dar nome de Ovídio José dos Santos ao viaduto que acessa Morrinhos, visamos preservar, para o conhecimento das futuras gerações, a memória desse homem que foi modelo de retidão, coragem, luta e união — concluiu.

Suplicy reitera apoio à permanência de Bustani

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reiterou o apoio de vários parlamentares à permanência do embaixador brasileiro José Maurício Bustani na direção geral da Organização para a Proscrição de Armas Químicas (Opaq), citando, além do seu próprio nome, o de Pedro Simon (PMDB-RS) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ).

Suplicy disse que conversou na quarta-feira com o ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores, sobre o caso do embaixador brasileiro, ouvindo do ministro que Bustani deve apresentar sua própria defesa, por não estar à frente daquela instituição em nome do governo brasileiro.

Após conversar com o ministro Lafer, Suplicy disse que entrou em contato com o embaixador Bustani, que enfatizou que o motivo da pressão do governo norte-americano



Eduardo Suplicy intercedeu junto ao ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer

para afastá-lo da Opaq se deve à sua não submissão aos interesses daquele governo.

O embaixador explicou a Suplicy que já está alinhavando as linhas básicas da defesa que fará nos próximos dias 21, 22 e 23 em reunião da Opaq. Para o senador, Bustani tem feito uma administração séria e competente à frente daquela instituição.

Sartori: saída de diretor-geral da Opaq pode ameaçar paz mundial

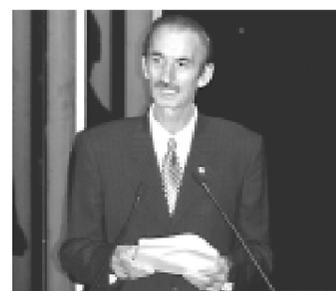
A possível saída do embaixador José Maurício Bustani da Organização para Proscrição de Armas Químicas (Opaq) importará em elemento de grande tensão para o Oriente Médio, comprometendo a paz na região, com graves conseqüências para a humanidade. A análise é de Chico Sartori (PSDB-RO), para quem a paz mundial está mais uma vez ameaçada.

Ele questionou se por trás das pressões do governo americano para a saída do embaixador não estaria a ameaça do possível ataque articulado pelos Estados Unidos e Inglaterra ao Iraque. Sartori indaga se Bustani, ao desejar o ingresso do Iraque na Opaq, não estaria pondo obstáculos a esse ataque.

Na opinião de Sartori, as alegações infundadas para a saída de Bustani estão, certamente, calcadas em interesses beligerantes e ocultos, de excepcional gravidade e ameaça para a paz mundial.

— Já não basta o conflito entre palestinos e israelenses, com conseqüências mundiais imprevisíveis? — indagou o senador.

Sartori receia que a reunião do Conselho da Opaq, que se realizará no próximo domingo em Haia (Holanda), resulte na saída de José Maurício Bustani da direção da



Para Chico Sartori, a pressão americana pode estar encobrindo ameaça de ofensiva ao Iraque

organização. Ele pediu que o Senado reconheça o valor, a competência e sobretudo a habilidade diplomática do embaixador, qualidades essenciais para o cargo.

Lembrando que a ONU tem como princípios manter a paz e a segurança e desenvolver relações amistosas entre as nações, Sartori observou que o Brasil também se rege pela defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos, de acordo com nossa Constituição.

Observando que a Opaq foi criada em 1997 para atuar pelo desarmamento e pela não-proliferação de armas de destruição em massa, ele afirmou que, à frente da organização, Bustani tem dado provas de competência e empenho nos princípios que regem a Convenção para a Proscrição de Armas Químicas.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti